

DESAFIOS

DO NOVO PRESIDENTE

DA ENERGIA AO DESMATAMENTO

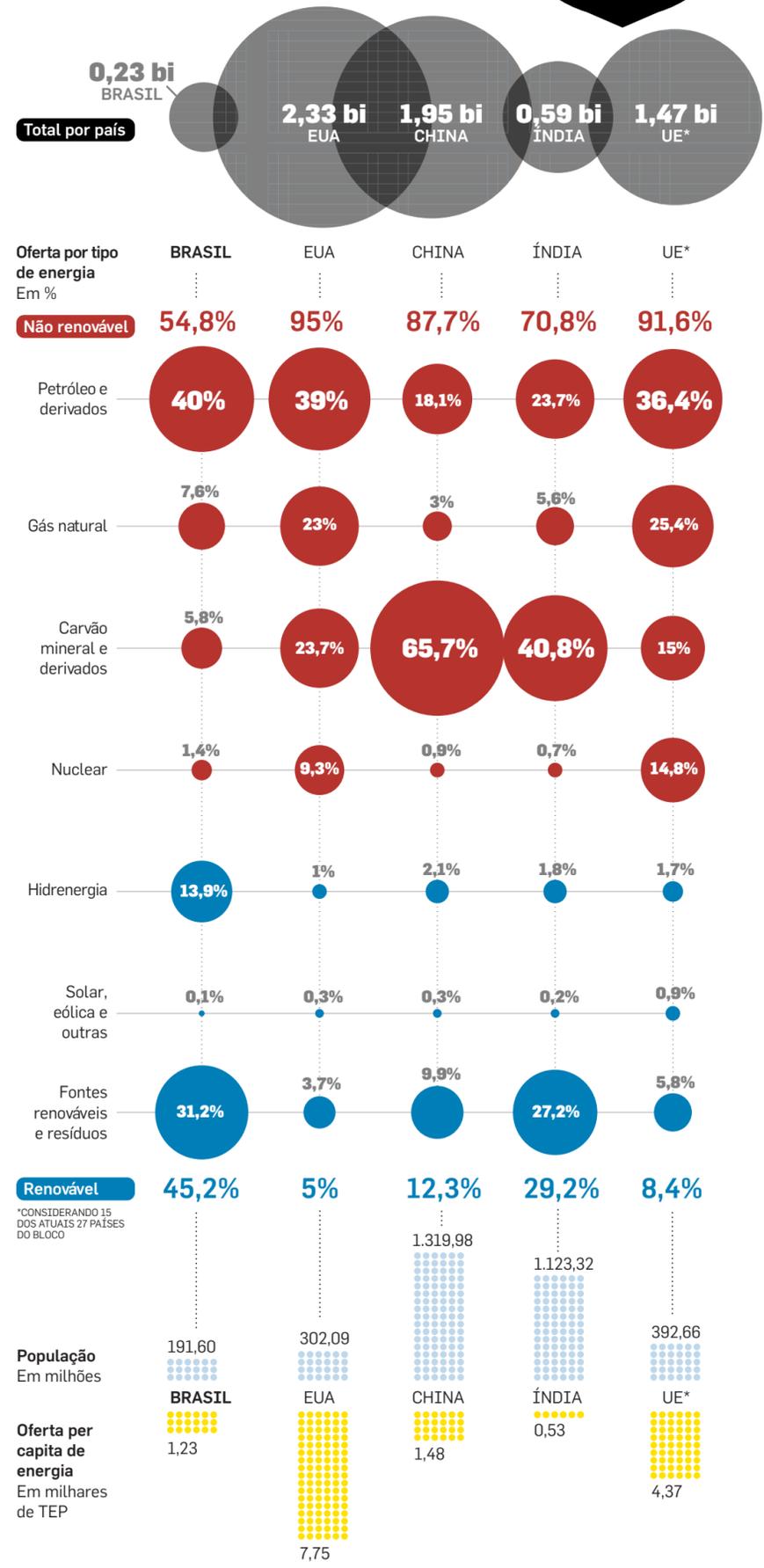
● Conhecer o peso de cada fonte de energia é o primeiro passo para adotar políticas e estabelecer metas do que pode ser cortado para "limpar" energia e reduzir a emissão de gases-estufa

O QUE É TEP?
Medida utilizada para comparar o poder calorífico de diferentes formas de energia com o petróleo

1 ton = 1 = 11.630
petróleo TEP Kwh
padrão

OFERTA INTERNA DE ENERGIA

Em TEP, dados de 2007



CONSUMO GIGANTE
Um americano médio gasta o mesmo que 5 chineses

Herton Escobar

O maior desafio do Brasil para reduzir suas emissões de gás carbônico pode ser resumido em uma única frente, a da redução do desmatamento. Em todos os biomas, mas principalmente naquele que é, talvez, o ativo ambiental número 1 do mundo, a Amazônia. Hoje, a floresta é derrubada principalmente para dar lugar à produção de carne e grãos. Um péssimo negócio para o País, na avaliação do diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho. Numa conta aproximada feita por ele e outros pesquisadores, a substituição da floresta inteira por pastagens e plantações de soja valeria cerca de US\$ 250 bilhões. Conservada, levando em conta só o valor do carbono estocado em suas plantas, ela vale pelo menos o dobro: US\$ 500 bilhões.

A devastação da floresta é a atividade que mais pesa nas emissões nacionais de gases do efeito estufa (57%), com a agravante de contribuir muito pouco para o crescimento do País. "É o nosso calcanhar de Aquiles", diz o pesquisador Roberto Schaeffer, do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de

O VALOR ESTRATÉGICO DA OPÇÃO VERDE

Ambiente deveria estar no centro da estratégia do País, diz ex-ministro Ricupero: 'É a única área onde somos potência'

Patrícia Campos Mello
Afra Balazina
Herton Escobar

Faltando um mês para as eleições, mesmo com o País sufocado pelas queimadas – só em agosto foram 27 mil focos de incêndio, número muito superior aos 1.493 fiscais e 1.300 brigadistas do Ibama que deveriam combatê-los – a sustentabilidade ainda é tratada como tema secundário pelos principais candidatos à Presidência. Para especialistas, ela deveria estar no centro da nossa estratégia de desenvolvimento. "Ambiente é a única área na qual somos potência, já que não somos potência nuclear nem militar", diz o diplomata Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda.

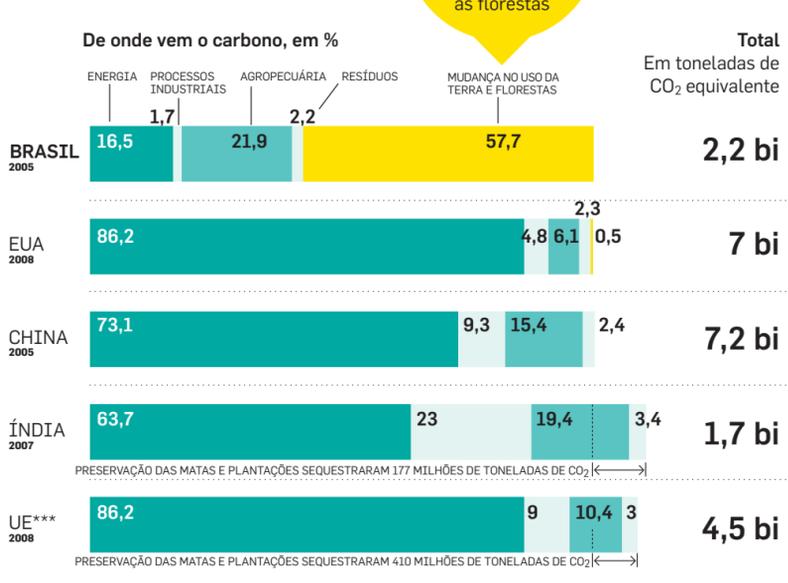
Maior economia tropical, dono de reservas de água doce e biodiversidade que nenhum país tem, o Brasil desfruta de posição privilegiada para ser a primeira nação a conciliar crescimento econômico e conservação, num cenário em que catástrofes climáticas causam preocupação mundial. Ricupero

acha que deveríamos usar essas vantagens comparativas para exercer nosso "soft power", termo popularizado pelo professor de Harvard Joseph Nye para definir o poder de influenciar sem recorrer à força bruta. "Nenhum acordo ambiental decisivo pode ser alcançado sem nós. Deveríamos usar isso na diplomacia, em vez de escolher temas duvidosos, como a parceria com o Irã."

Enquanto outros países enfrentam o caríssimo desafio de substituir o uso de combustíveis fósseis pelas energias renováveis, o Brasil já tem de saída uma matriz energética essencialmente limpa. Cerca de 90% da eletricidade gerada no País é renovável, extraída da força das águas e da queima de matéria orgânica. Quando se consideram também energias combustíveis para uso veicular e industrial (como gasolina e diesel), esse porcentual "verde" cai para 48% – ainda assim, muito acima da média mundial, graças ao uso crescente do etanol em veículos flex.

Essa posição privilegiada embute o risco de o Brasil se acomodar, alerta Roberto Schaeffer, especialista em planejamento energético do Instituto de Pós-Graduação e

EMISSIONES DE GASES-ESTUFA **



LIÇÃO DE CASA
A tarefa do Brasil é mais simples do que a dos outros países: preservar as florestas

AMAZÔNIA, O ATIVO NÚMERO 1

Ela guarda o equivalente em CO₂ a dez anos de emissões globais; num cálculo hipotético, vale duas vezes mais em pé do que devastada

Janeiro. Um problema de proporções gigantescas, mas cuja solução embute oportunidades igualmente grandes: as de salvar a floresta, reduzir o meu culpa brasileiro na questão do aquecimento global e, ao mesmo tempo, transformar seus recursos naturais numa alavanca inédita de desenvolvimento econômico sustentável de baixo carbono.

Resta saber se o País vai optar por esse caminho inovador, ou se acomodar numa trajetória padronizada de desenvolvimento. "O governo precisa acordar para o fato de que, num mundo aquecido, quem sair na frente com essa economia vai ter uma vantagem competitiva muito grande", diz Moutinho.

Houve avanços na tarefa básica, de conter o desmatamento. O tamanho da área de floresta derrubada anualmente na Amazônia encolheu mais de 70% nos últimos cinco anos, de 27.772 quilômetros quadrados em 2004 para 7.464 km², em 2009. E dados preliminares apontam para uma forte tendência de queda também em 2010, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Falta o passo mais difícil, dar aproveitamento econômico sustentável às florestas que ficaram de pé. "As forças de ocupação da floresta estão repesadas, mas não sumiram", diz o diretor do Inpe, Gilberto Câmara. "O dilema agora é equacionar a questão eco-

nômica, para relaxar medidas restritivas sem que as atividades ilegais sejam retomadas."

Para isso, é preciso criar alternativas econômicas para comunidades da região, que sempre dependeram do desmate para sobreviver. "A floresta precisa ter valor em pé", diz Moutinho, ressaltando que isso não significa colocá-la numa redoma. "Há muitos recursos florestais e serviços ambientais que podem ser explorados de forma sustentável."

Em tempos de mudança climática, o recurso mais visado no mercado global de sustentabilidade é o carbono, que as plantas absorvem da atmosfera e estocam em seus tecidos, via fotossíntese. Só a Amazônia guarda o equivalente em CO₂ a dez anos de emissões globais por queima de combustíveis fósseis. Sem contar o Cerrado, que também estoca grandes quantidades de carbono.

O principal mecanismo proposto para valorizar esses estoques, o Redd, sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, prevê o pagamento pela preservação de florestas e do carbono contido nelas. "O dinheiro que vier do Redd tem de ser usado para estimular atividades produtivas que gerem renda, não só para criar reservas", diz Câmara. "Caso contrário, não vai funcionar." As regras do mecanismo estão sendo negociadas na Convenção do Clima da ONU.



LBERTO CESAR ARAUJO/GREENPEACE /DIVULGAÇÃO - 21/10/2009

Num cálculo aproximado feito por cientistas, a floresta amazônica vale US\$ 500 bilhões só pelo volume de carbono estocado em suas plantas

Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). “Não diria que o Brasil está no caminho do desenvolvimento de baixo carbono, porque não escolheu esse caminho deliberadamente”, diz. “Mesmo se não fizer nada, ele continuará sendo de baixo carbono. Mas é possível ser muito mais. Agora, decisões precisam ser tomadas para que ele continue evoluindo.”

Custo da transição. Schaeffer é um dos autores de um estudo ambicioso, financiado pelo Banco Mundial, que avaliou a relação custo-benefício de promover, deliberadamente, o desenvolvimento de baixo carbono no Brasil. O custo do esforço extra para limpar ainda mais a economia (comparado a um

cenário em que as atuais políticas oficiais sejam mantidas) é de US\$ 15 bilhões a US\$ 20 bilhões anuais até 2030. “Para o País é um benefício, sem dúvida. Mas não obrigatoriamente para cada empreendedor individualmente”, afirma Schaeffer. Ele defende a tese de que o governo precisa oferecer incentivos para bancar essa transição.

Infelizmente, só países que enfrentaram tragédias parecem se dar conta da importância da sustentabilidade. Como lembra Jacques Marcovitch, ex-reitor da Universidade de São Paulo, muitas mortes foram causadas pela fuligem das chaminés de fábricas durante o processo de industrialização da Inglaterra. Hoje, Londres é uma das capitais mais limpas da Europa e reconhecida pela despo-

luição do Rio Tâmisa.

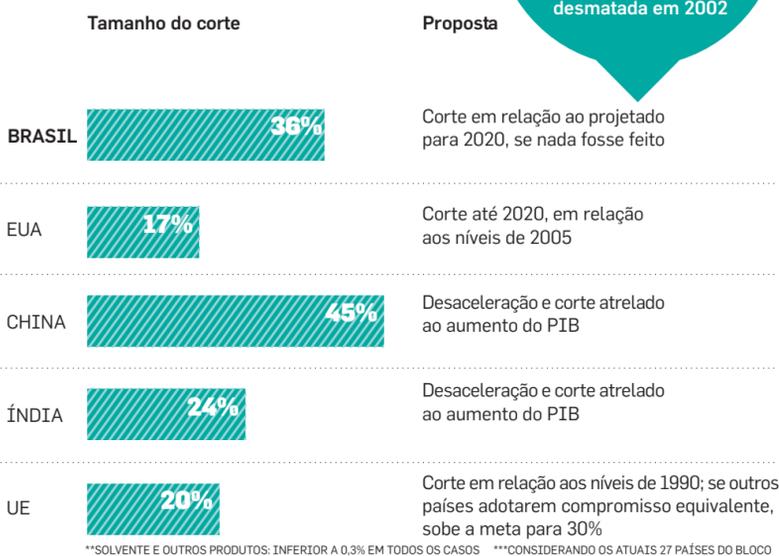
Outros líderes entre os países emergentes já sofrem os graves problemas de crescer sem levar em conta o ambiente, mas reagem de formas diferentes. A Índia costuma usar o argumento de que tem o direito de repetir a trajetória dos países desenvolvidos – ainda que seguindo um modelo do século 20, que abusa, por exemplo, do uso de carvão. Também dependente do carvão, a China tem estimulado a pesquisa em energias limpas, como a solar, e criou um gigantesco programa de plantio de árvores para tentar ao menos brevar o processo de desertificação do país.

Para Ricardo Abramovay, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, o Brasil tem posi-

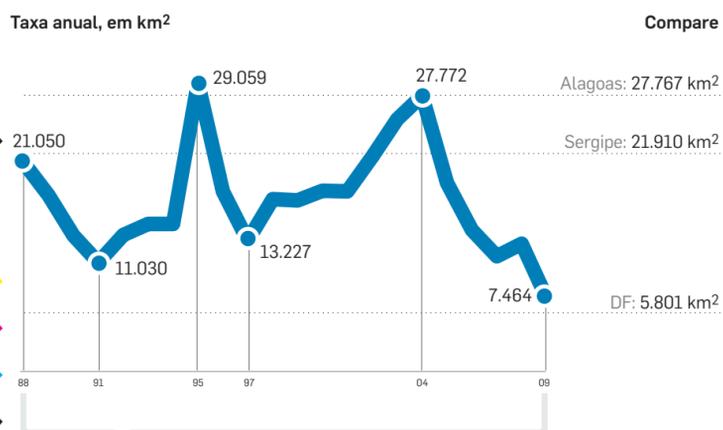
ção privilegiada mesmo entre os emergentes. “Não estamos numa situação que exige crescimento acelerado, no nível de China e Índia. É um imenso privilégio, que talvez eles não tenham em razão do tamanho da população”, afirma. “Temos um certo conforto com relação à capacidade de nos organizar para um crescimento voltado à qualidade, e não um crescimento a qualquer custo.”

Na opinião de Abramovay, o Brasil deve investir com urgência na fabricação de produtos que consumam menos energia e matéria-prima. “Nossa indústria automobilística ainda é uma indústria do início da segunda metade do século 20, enquanto a China, a Europa, o Japão e os Estados Unidos já estão ingressando em outro patamar.”

EMISSIONES DE CARBONO



DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL



ÁREA AMAZÔNIA LEGAL
5,2
milhões de km²

EQUIVALENTE A
61%
DO BRASIL



EM 21 ANOS **378.783 km²** desmatados na Amazônia Legal O QUE EQUIVALE A UMA NORUEGA

| Estado | Área (km ²) |
|--------|-------------------------|
| AP | 142.814 |
| PE | 98.311 |
| SC | 95.348 |
| RJ | 43.696 |

O MESMO QUE 4 ESTADOS JUNTOS

FONTE: AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA, INVENTÁRIOS DE EMISSÃO DOS GOVERNOS, PROJEÇÃO DO WORLD RESOURCES INSTITUTE E INPE

INFOGRAFICO: EDUARDO ASTAIAE

Muito além de rios e bem-te-vis

Discussão sobre ambiente e desenvolvimento deve passar pela criação de uma ‘imagem verde’ para o agronegócio brasileiro

Virgílio Viana *

Eleições presidenciais representam uma oportunidade ímpar para debater temas de interesse nacional. Talvez não exista assunto de maior importância estratégica que tenha recebido tão pouca atenção quanto o tema ambiental. É essencial que o Brasil tenha competência para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de crescer sem degradar o meio ambiente. Vivemos um momento histórico marcado por mudanças climáticas globais e degradação ambiental. Se continuarmos nessa trajetória, o custo das mudanças do clima representará entre 5% e 20% do PIB global por ano (de US\$ 3,5 trilhões a US\$ 12,2 trilhões, baseando-se no PIB global de 2010). O sofrimento humano e a degradação da natureza são ainda maiores. Nesse contexto, meio ambiente e sustentabilidade assumem importância estratégica.

Entretanto, no Brasil se costuma tratar das questões ambientais de forma pontual, quando surgem obras polêmicas para o licenciamento: a Usina de Belo Monte, a transposição do Rio São Francisco etc. Outras vezes, o tema recebe atenção por causa de desastres: derramamentos de petróleo, poluição de rios, desmatamento etc. Quando debatemos temas complexos como o Código Florestal, encaramos como se fosse uma partida de futebol, com emoção e sem a devida perspectiva científica e estratégica. Raramente nos perguntamos: devemos alterar nosso estilo de desenvolvimento para reduzir os danos ambientais? Isso é bom para o Brasil?

A resposta óbvia é que sim: devemos alterar nosso estilo de desenvolvimento, especialmente para a Amazônia. Deveríamos controlar os vetores econômicos do desmatamento, reduzindo a emissão de 540 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente por ano (média dos últimos 10 anos). Deveríamos lutar para que essa redução fosse valorizada no modelo de mercado de carbono em discussão pela Convenção do Clima – o preço da tonelada de carbono no mercado regulado gira ao redor de € 13 e deve alcançar € 60 até 2020. Deveríamos buscar agressivamente vantagens comerciais para os produtos do Polo Industrial de Manaus, o arranjo macroeconômico de maior sucesso para a proteção

da Amazônia. Deveríamos dizer ao mundo o óbvio: comprar celulares e eletrônicos de Manaus é bom para a floresta e gera benefícios para o planeta. Por isso, esses produtos devem pagar menos impostos que os produzidos em qualquer outra parte do mundo.

Deveríamos construir uma imagem verde para o agronegócio brasileiro, especialmente no segmento exportador. Não se trata de um desafio de propaganda e marketing, mas sim de gestão da qualidade ambiental na agropecuária. Os concorrentes brasileiros usam e abusam da relação perversa do nosso etanol, soja e carne com o desmatamento. Essa “pegada florestal” do agronegócio é e continuará a ser uma barreira para a abertura de mercados, especialmente nas economias mais industrializadas e sociedades mais bem informadas. Os governos deveriam, assim, estimular a certificação e a parceria entre empresas e entidades ambientalistas.

Deveríamos repensar o modelo de crédito rural e financiamento do agronegócio pelo BNDES e outros bancos, criando desincentivos para o desmatamento e incentivos para os que conservam a floresta. Deveríamos, enfim, construir um mapa do caminho rumo à sustentabilidade do agronegócio brasileiro. Deveríamos criar mecanismos para o pagamento de serviços ambientais a todos os que conservam florestas. Das florestas dependem as chuvas e a vazão dos rios e, por tabela, a geração de energia hidrelétrica, a agropecuária e o abastecimento urbano de água.

A agenda de sustentabilidade e meio ambiente tem implicações para todos os setores, do público ao privado, englobando indústria, comércio, serviços, energia, infraestrutura, transporte, educação, saúde, relações internacionais, ciência e tecnologia etc. Meio ambiente e sustentabilidade devem ocupar lugar central no debate sobre os caminhos para o Brasil. Não se trata apenas de proteger rios, pererecas e bem-te-vis. O que está em jogo é emprego, renda e o futuro de nossos filhos e netos. É de interesse nacional repensar o papel estratégico da sustentabilidade e do meio ambiente para o futuro do País.

* PhD PELA UNIVERSIDADE HARVARD, SUPERINTENDENTE-GERAL DA FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL E EX-SERETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS